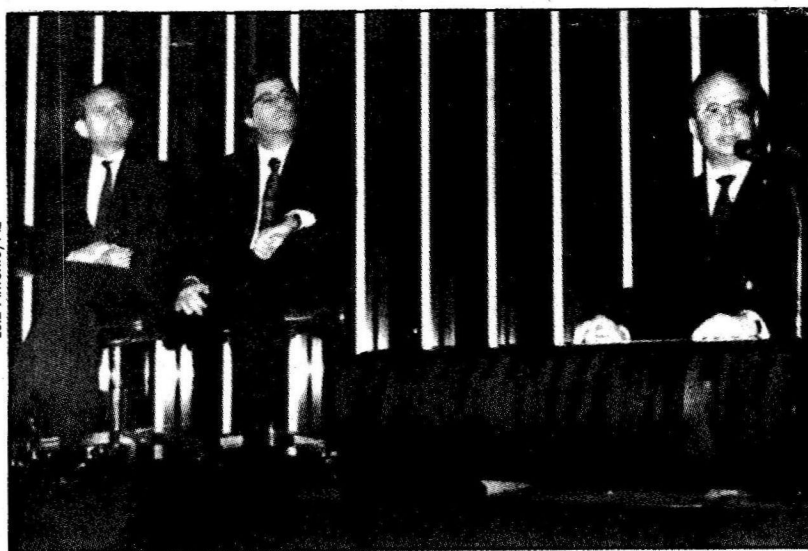


Acordo com credores gera dúvidas no Senado

Fiel ao novo estilo *soft* do governo, o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, foi ontem ao Senado para pedir a aprovação o mais rápido possível do protocolo de acordo firmado com os bancos credores para o pagamento dos juros atrasados da dívida externa. A urgência de Marcílio esbarra porém nas dúvidas levantadas por quatro senadores: eles pediram vistas ao parecer do senador Ronan Tito (PMDB-MG), favorável ao acordo, e impediram que a sua votação pela Comissão de Assuntos Econômicos. Um atraso no pronunciamento do Senado sobre o protocolo poderá comprometer a viagem que o presidente Fernando Collor inicia na segunda-feira aos Estados Unidos — a dívida externa ocupa um lugar de destaque na agenda de negociações entre Collor e o presidente norte-americano George Bush.

Em seu primeiro discurso ao Senado desde que assumiu o cargo, o ministro revelou que as reservas cambiais do País aumentaram em US\$ 1 bilhão nas últimas três semanas e informou que entre novembro e maio houve um ingresso de capital estrangeiro de US\$ 3 bilhões. Respondendo ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP), Marcílio explicou que o nível mínimo de reservas determinado para o pagamento da dívida é de US\$ 6,8 bilhões, correspondentes a quatro meses da receita média obtida com as importações brasileiras.

O ministro desfiou argumentos em favor do acordo para o pagamento dos juros atrasados da dívida, que depende de aprovação do Senado. "Esse acordo servirá como uma espécie de porta aberta às negociações", explicou Marcílio, referindo-se aos entendimentos com os bancos privados e o Fundo Monetário Internacional (FMI) para o reescalonamento dos débitos de médio e longo prazos. "Não é possível olhar só para o passa-



Marcílio expõe no Senado os termos do acordo

do, o importante é virar esta página e começar a escrever a página dos créditos futuros."

A pressa do ministro esbarra nos procedimentos do Senado, já que a Comissão de Assuntos Econômicos não pôde votar o parecer do senador Ronan Tito (PMDB-MG), favorável ao protocolo de acordo. Os senadores Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), Eduardo Suplicy (PT-SP), Moisés Abraão (PDC-TO) e Coutinho Jorge (PMDB-PA) pediram vistas ao parecer e terão cinco dias para se pronunciar. Entre as dúvidas dos congressistas, uma é quanto à capacidade do País para honrar o pagamento dos juros atrasados, que somam cerca de US\$ 9 bilhões.

As resistências manifestadas no Senado motivaram o presidente do Banco Central, Francisco Gros, e o negociador da dívida externa, embaixador Jório Dauster, a comparecer hoje a uma sessão secreta da Comissão de Assuntos Econômicos. Jório admite que o Brasil vai atrasar o pagamento da primeira parcela dos atrasados, prevista inicialmente para o dia 17 de junho, e se dispôs a expor à comissão os dados sobre a capacidade de pagamento do País.

Prioridade mantida

Marcílio aproveitou seu discurso de meia hora para uma exposição sobre os principais problemas da economia brasileira, e reafirmou a prioridade absoluta do combate à inflação. "A política econômica do presidente Collor não será alterada", garantiu, "não podemos relaxar as políticas monetária e fiscal sem ter o pleno domínio da inflação". O ministro lamentou a impossibilidade de antecipar a liberação dos cruzados retidos pelo primeiro Plano Collor e alertou para os riscos envolvidos no descongelamento de preços. "Uma saída atropelada do congelamento levaria à explosão dos preços", explicou, festejando os índices da inflação de maio e admitindo "um modesto repique" em junho.

Marcílio está convencido de que a economia "já chegou ao fundo do poço" e anunciou para breve a retomada do crescimento. Respondendo aos que comparam sua orientação com a "política do feijão com arroz" do ex-ministro Mailson da Nóbrega, Marcílio defendeu-se: "Espero que seja arroz com feijão no prato do trabalhador, acompanhado tanto de carne quanto de verduras".